



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

Projeto de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*
Especialização em Educação:
Educação e Prática de Ensino

Campus Avançado Abelardo Luz

Abelardo Luz/SC
Novembro/2016



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

SÔNIA REGINA DE SOUZA FERNANDES

REITORA

CLADECIR ALBERTO SCHENKEL

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

RICARDO SCOPEL VELHO

DIRETOR DO CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

MAICON FONTANIVE

COORDENADOR PEDAGÓGICO DO CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

JORGE DA CUNHA DUTRA

COORDENADOR DO CURSO

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO

Ailton da Silva Ferreira
André Franzoni Alexandre
André Ribeiro da Silva
Dalila Teles Leão Martins
Diana Liz Reis de Bittencourt
Jaisson Bordignon

Janaína de Moraes Kaecke
Jorge da Cunha Dutra
Marcelo Squinca da Silva
Marluse Castro Maciel
Nathalia Abe Santos
Ricardo Scopel Velho



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	5
2 ÁREA DE ORIGEM/IDENTIFICAÇÃO	6
3 JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CURSO	7
3.1 Breve histórico institucional / IF CATARINENSE	11
3.1.1 <i>O Campus Abelardo Luz</i>	11
3.2 Pré-Requisito de Acesso e Formas de Ingresso	13
3.3 Regime de Funcionamento	13
3.4 Público Alvo	14
3.5 Condições de Oferta	14
4 OBJETIVOS DO CURSO	14
4.1 Geral	14
4.2 Específicos	14
5 MISSÃO E CONTRIBUIÇÃO DO CURSO	15
6 VISÃO DO CURSO	15
7 PERFIL DE FORMAÇÃO	15
7.1 Área de Atuação	15



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	16
8.1 Matriz Curricular	17
8.2 Ementário e Referências Básicas	18
<i>8.2.1 Disciplina Geral 1</i>	18
<i>8.2.2 Disciplina Geral 2</i>	20
<i>8.2.3 Disciplina Geral 3</i>	21
<i>8.2.4 Disciplina Geral 4</i>	23
<i>8.2.5 Disciplina Geral 5</i>	25
<i>8.2.6 Disciplina Eletiva A1 – Ciências Humanas e Linguagens</i>	26
<i>8.2.7 Disciplina Eletiva A2 – Ciências da Natureza e Matemática</i>	28
<i>8.2.8 Disciplina Eletiva B1 – Ciências Humanas e Linguagens</i>	29
<i>8.2.9 Disciplina Eletiva B2 – Ciências da Natureza e Matemática</i>	31
9 METODOLOGIA DE ENSINO	32
9.1 Aproveitamento de estudos	33
10 SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	33
10.1 Processo de Avaliação	33
10.2 Trabalho de Curso – TC	34
10.3 Controle de Frequência	36
11 CERTIFICAÇÃO E DIPLOMA	37
12 ESTRUTURA PROFISSIONAL DO CURSO	37
12.1 Descrição das Funções e Competências	40
<i>12.1.1 Coordenador do Curso</i>	40



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

<i>12.1.2 Colegiado do Curso</i>	41
12.2 Estrutura de Docência	42
12.3 Apoio Técnico Educacional	42
13 ESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA	42
14 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	43
15 REFERÊNCIAS	44
16 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	45



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

1 APRESENTAÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei 11.892/2008, constituem um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica que visa responder de forma eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Presentes em todos os estados, os Institutos Federais contêm a reorganização da rede federal de educação profissional, oferecem formação inicial e continuada, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias, licenciaturas e pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense (IF Catarinense) resultou da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio juntamente com os Colégios Agrícolas de Araquari e de Camboriú até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina.

O Instituto Federal Catarinense oferecerá cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, e apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda.

Para que os objetivos estabelecidos pela Lei nº 11.892/2008 sejam alcançados faz-se necessário a elaboração de documentos que norteiem todas as funções e atividades no exercício da docência, os quais devem ser construídos em sintonia e /ou articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI), com as Políticas Públicas de Educação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa perspectiva e tomando por base um dos objetivos dos Institutos Federais previsto no Art. 7º, Inciso VI, Alínea d, da Lei nº. 11.892/2008 (BRASIL, 2008),



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

que refere-se a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, o presente documento apresenta o Projeto do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* - Especialização em Educação: Educação e Prática de Ensino, com o intuito de justificar a necessidade institucional e social, considerando o PPI e o PDI do IF Catarinense.

2 ÁREA DE ORIGEM/IDENTIFICAÇÃO

CNPJ: 10.635.424.0002-67

Razão Social: INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

Nome de Fantasia: INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – Câmpus Avançado
Abelardo Luz

Esfera Administrativa: Federal

Site: www.abelardoluz.ifc.edu.br

Endereço do Câmpus: Estrada Geral – Assentamento José Maria, SN, Abelardo
Luz/SC

CEP: 89.830-000

Telefone/Fax: 47 3331 7881

E-mail de contato: dde@abelardoluz.ifc.edu.br

Site da unidade Área do Plano: <http://abelardoluz.ifc.edu.br/>

NOME DO CURSO: Especialização em Educação: Educação e Prática de Ensino

ÁREA DE CONHECIMENTO: Educação

FORMA DE OFERTA: Presencial

PERIODICIDADE DA OFERTA: Regular

TITULAÇÃO: Especialista em Educação

CARGA HORÁRIA TOTAL: 420 horas



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

LEGISLAÇÃO E ATOS OFICIAIS RELATIVOS AO CURSO

- Resolução CNE CES n. 01 de 2007 de 08 de junho de 2007 que estabelece normas de funcionamento para os cursos de pós-graduação *latu sensu* oferecidos no país.
- Resolução CNE CP n. 02 de 26 de junho de 1997, que dispõe sobre os Programas Especiais de Formação Pedagógica de Docentes para as disciplinas do Currículo do Ensino Fundamental do Ensino Médio e da Educação Profissional de Nível Médio.
- Resolução CNE CEB n. 06 de 20 de setembro de 2012. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
- Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
- Resolução n. 035 – CONSUPER/2012 IF Catarinense. Que dispõe sobre as diretrizes de funcionamento de cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* no IF Catarinense.
- Resolução n. 1, de 8 de junho de 2007 – estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *latu sensu*, em nível de especialização.
- Resolução n. 2, de 12 de fevereiro de 2014 – institui o cadastro nacional de oferta de cursos de pós-graduação *latu sensu* (especialização) das instituições credenciadas no sistema federal de ensino.

3 JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CURSO

Compreendendo que a missão do IFC visa “proporcionar educação profissional atuando em ensino, pesquisa e extensão, comprometida com a formação cidadã, a inclusão social e o desenvolvimento regional” (IFC, 2013, p. 22), a proposta de criação da presente especialização deve-se ao fato de não haver, na região Oeste, cursos de



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

pós-graduação *Lato Sensu* públicos voltados especificamente para a Educação¹, havendo apenas a pós-graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em Educação, pela Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó. Neste sentido, buscamos contribuir com a rede municipal e estadual, visando atender ao decreto referente à Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, que define como um de seus propósitos “assegurar a oferta de vagas em cursos de formação continuada integrados à pós-graduação para professores da educação básica [...]” (BRASIL, 2016, Art. 8º, Inciso III).

De acordo com o PPI do IFC, “a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, sua consolidação e expansão ocorrerá mediante a identificação de demandas [...]” (IFC, 2009, p. 46). Visando atender a este requisito, realizamos um levantamento junto a Secretaria Municipal de Educação, e constatamos que no município de Abelardo Luz existem 18 escolas que atendem a educação básica. Destas, de um total de 348 docentes², 139 responderam que têm interesse de participar de um curso de Especialização em Educação. Isto equivale a 40% do quadro docente geral do município (envolvendo a rede municipal, estadual e privada).

Considerando esta demanda, surge a necessidade de oferecer o presente curso, o qual contribuirá para o aperfeiçoamento profissional dos docentes, bem como suprirá uma carência existente na região oeste de Santa Catarina.

Além desta constatação, entendemos que a nossa sociedade vive em tempos hipermodernos, onde emana

toda uma cultura hedonista e psicologista que incita à satisfação imediata das necessidades, estimula a urgência dos prazeres, enaltece o florescimento

¹ Conforme é possível verificar nos sites institucionais do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) (<https://curso.ifsc.edu.br/nivel/especializacao>) e do Instituto Federal do Paraná (IFPR) (<http://reitoria.ifpr.edu.br/cursos-de-especializacao/>).

² Apenas uma escola estadual não devolveu o questionário que foi enviado.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

pessoal, coloca no pedestal o paraíso do bem-estar, do conforto e do lazer. Consumir sem esperar; viajar; divertir-se; não renunciar a nada; as políticas do futuro radiante foram sucedidas pelo consumo como promessa de um futuro eufórico (LIPOVETSKY, 2011, p. 61).

Todo esse movimento, dentro do universo da pressa, faz com que o vínculo humano

[...] substituído pela rapidez; a qualidade de vida, pela eficiência; a fruição livre de normas e de cobranças, pelo frenesi. Foram-se a ociosidade, a contemplação, o relaxamento voluptoso: o que importa é a auto-superação, a vida em fluxo nervoso, os prazeres abstratos da onipotência proporcionados pelas intensidades aceleradas. Enquanto as relações reais de proximidade cedem lugar aos intercâmbios virtuais, organiza-se uma cultura da hiperatividade caracterizada pela busca de mais desempenho, sem concretude e sem sensorialidade, pouco a pouco dando cabo dos fins hedonistas (LIPOVETSKY, 2011, pp. 80-1).

Buscando promover um espaço de reflexão e debate a respeito de temas próprios da educação, e problematizando elementos da hipermodernidade, o curso de especialização também objetivará a problematização da realidade educacional, debatendo temas que dizem respeito não só as especificidades das áreas do conhecimento, mas também de temas específicos da educação como as teorias do currículo, a relação entre o Estado e a Economia na educação e as próprias práticas da pesquisa no âmbito educacional.

Cabe salientar que não somente nós e os futuros pós-graduandos, professores e/ou trabalhadores da educação, sejamos influenciados por essa hipermodernidade em nossas vidas, mas os próprios alunos da educação básica e suas famílias também. Esta constatação é feita por Gallo (2012, p. 23), quando afirma que

Vivemos em nossas salas de aula um aspecto dessa aceleração de que nos fala Lipovetsky. Onde está o tempo para a leitura, o tempo para a meditação, para a reflexão? Tudo são fluxos cada vez mais acelerados, o padrão das edições aceleradas de imagens que vemos em canais como a MTV e nos



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

programas para adolescentes, como se a vida fosse um eterno videoclipe, uma sucessão de *zappings* nervosos no controle remoto. Tudo é fruição imediata, sem tempo para o pensamento organizado.

Neste sentido, surge uma forte necessidade de proporcionarmos aos docentes um espaço de reflexão mais aprofundado e menos “acelerado” sobre as temáticas educacionais, a fim de que os mesmos possam aperfeiçoar suas práticas docentes a partir dos estudos que serão realizados dentro do curso, bem como da pesquisa ou análise de alguma prática pedagógica que desenvolverão no trabalho final do curso.

Tais profissionais da educação estão inseridos no município de Abelardo Luz que possui uma população de 17.100 habitantes (IBGE³). Dentro deste número, existem 447 crianças matriculadas na educação infantil, 2.829 alunos matriculados no ensino fundamental e 525 no ensino médio (IBGE, 2015⁴). Levando em consideração estes dados, com a implantação do curso de especialização, teremos mais de 3.000 alunos beneficiados com professores que terão a sua formação aprimorada, visto que darão continuidade ao seu aperfeiçoamento profissional no nível de pós-graduação, envolvendo-se ainda mais com a prática da pesquisa e da produção de conhecimento.

Neste sentido o curso tem como objetivo geral, oferecer para a comunidade um Programa de Formação Continuada na área de Educação, a fim de atender a demanda dos professores e trabalhadores da educação da região oeste catarinense.

³ Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=420010&search=%7Cabelardo-luz>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

⁴ Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=420010&idtema=156&search=santa-catarina|abelardo-luz|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2015>>. Acesso em: 09 nov. 2016.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

3.1 Breve histórico institucional / IF CATARINENSE

Atualmente, O IF Catarinense possui 15 *campi*, distribuídos nos seguintes municípios: Abelardo Luz, Araquari, Blumenau (reitoria), Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira⁵.

O IF Catarinense atua em todos os níveis de ensino, contemplando o ensino médio, a graduação e a pós-graduação. A intenção é de que cada campus do IFC atenda as demandas formativas das suas respectivas localidades, contribuindo com o desenvolvimento da sua região.

A partir da perspectiva da gestão democrática, busca-se o diálogo do IFC com a comunidade, a fim de que a educação oferecida pelo instituto atenda às necessidades regionais, bem como efetive a oferta do ensino público, gratuito e de qualidade. Neste sentido, como parte desse processo de qualificação, foram instituídos programas de bolsas de pesquisa e extensão, para que os alunos possam se envolver com novas atividades e insiram-se no campo da investigação científica e das atividades extensionistas, trazendo um retorno positivo para a comunidade⁶.

3.1.1 O Campus Abelardo Luz

O Campus Abelardo Luz foi implantado em 2013 em prosseguimento à política de expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, sendo, inicialmente, um campus avançado vinculado ao Campus de Concórdia. A partir do primeiro semestre de 2016, o campus passou a vincular-se diretamente a reitoria, em Blumenau.

⁵ Disponível em: <<http://ifc.edu.br/nossos-campus/>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

⁶ Disponível em: <<http://ifc.edu.br/sobre-o-ifc/>>. Acesso em: 09 nov. 2016.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

A sede do campus está situada no Assentamento José Maria, o qual está localizado a aproximadamente 30 km de distância do centro da cidade de Abelardo Luz. Este campus é fruto da conquista efetivada pelos trabalhadores do Movimento Sem Terra (MST), juntamente com os poderes políticos municipais e estaduais, da comunidade, das universidades e do próprio IFC.

Atualmente, o campus possui um curso concomitante em Agropecuária. Para o ano de 2017, está previsto o início do Curso de Agropecuária Integrado, bem como o curso de Especialização em Educação do Campo, ambos a serem desenvolvidos na sede, situada no assentamento José Maria.

De todo modo, entendemos que

Os Institutos Federais constituem um espaço fundamental na construção dos caminhos com vista ao desenvolvimento local e regional. Para tanto, devem ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para o trabalho determinado por um mercado que impõe seus objetivos. É imprescindível situá-los como potencializadores de uma educação que possibilita ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade. Ao mergulhar em sua própria realidade, esses sujeitos devem extrair e problematizar o conhecido, investigar o desconhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu lócus de forma a tornar-se credenciados a ter uma presença substantiva a favor do desenvolvimento local e regional (BRASIL, 2010, p. 22).

Desta forma, o presente projeto visa oferecer um novo curso de Especialização, no sentido de atender a demanda da comunidade abelardense e seu entorno. Como existe uma forte demanda voltada para a formação na área de Educação, o IFC pretende, com este curso, oferecer a comunidade um espaço de formação continuada e aperfeiçoamento profissional, o que acarretará em um melhor desenvolvimento educacional da região.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

3.2 Pré-Requisito de Acesso e Formas de Ingresso

Para a inscrição dos candidatos à seleção no Curso de Especialização *lato sensu* em Educação serão exigidos os seguintes documentos:

- a) Documento comprobatório da conclusão de Curso de Graduação em qualquer área;
- b) Histórico escolar de graduação;
- c) Formulário de inscrição devidamente preenchido e assinado;
- d) Cópia de algum documento oficial de identificação, com foto, que contenha os dados do RG e do CPF.

A forma de ingresso será definida em edital próprio, a ser definido pelo colegiado.

O período para seleção ocorrerá conforme o previsto no edital.

A comissão examinadora será composta pelos professores do próprio curso.

O local de realização do curso será no polo do IFC, localizado no centro de Abelardo Luz, por meio de um convênio estabelecido entre a Prefeitura Municipal e o IFC Campus Abelardo Luz.

O Calendário e a divulgação dos resultados estarão disponíveis no edital.

Os Critérios de avaliação e solução de casos omissos serão resolvidos pela comissão de seleção.

3.3 Regime de Funcionamento

O curso será ofertado na modalidade presencial, com duração de 18 meses e está organizado em duas sequências disciplinares: haverá cinco disciplinas gerais e quatro disciplinas eletivas, sendo que destas os alunos deverão escolher uma entre



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

duas, para cursar, em cada um dos semestres que serão oferecidas. Os encontros serão realizados duas vezes por semana, no período noturno (vide tabela do item “8.1”).

3.4 Público alvo

Professores e trabalhadores da educação, com curso superior completo.

3.5 Condições de Oferta

Local de oferta: Polo do IFC, Centro, Abelardo Luz/SC.

Número de vagas: 40 vagas

4 OBJETIVOS DO CURSO

4.1 Geral

Promover a formação continuada de professores e trabalhadores da educação, visando o seu aprimoramento científico no campo da educação.

4.2 Específicos

1. Promover a reflexão teórica a respeito da relação entre a Educação, a Sociedade e o Estado;
2. Refletir sobre a identidade docente;
3. Debater as questões referentes as teorias curriculares educacionais;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

4. Compreender a estruturação da produção acadêmica por meio da metodologia científica;
5. Problematizar temáticas educacionais referentes as áreas do conhecimento, a saber: Ciências Humanas, Ciências Naturais, Matemática e Linguagens.

5 MISSÃO E CONTRIBUIÇÃO DO CURSO

Possibilitar que os profissionais da área da educação possam repensar e problematizar as suas práticas pedagógicas, no sentido de que possam aprimorar as mesmas tendo consciência da postura ideológica que defendem e legitimam.

6 VISÃO DO CURSO

Oferecer um ensino público, gratuito e de qualidade para a região Oeste de Santa Catarina, atendendo a demanda existente na região, no que diz respeito a área da educação.

7 PERFIL DE FORMAÇÃO

7.1 Área de Atuação:

Educação.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O currículo do curso está organizado de modo a efetivar a sua conclusão em três semestres. A matriz curricular do mesmo está composta por cinco disciplinas gerais a todos os alunos e quatro disciplinas eletivas (sendo que a disciplina só será ofertada se tiver no mínimo cinco alunos inscritos). Para o aluno concluir o curso e conseguir o diploma de especialista em educação, deverá cursar e ser aprovado em todas as disciplinas gerais e pelo menos duas disciplinas eletivas.

O primeiro semestre está composto de duas disciplinas gerais, sendo que a disciplina de Teorias curriculares acontecerá no primeiro bimestre e a de Prática de Pesquisa em Educação ocorrerá no segundo bimestre. Concomitante a estas, serão oferecidas duas disciplinas eletivas, nas quais cada aluno deverá optar por qual disciplina cursar.

O segundo semestre está composto de uma disciplina geral e duas disciplinas eletivas, nas quais cada aluno deverá decidir qual disciplina cursar.

No terceiro semestre, os alunos participarão dos seminários de socialização e do Trabalho de Curso (TC)⁷.

⁷ Que será a produção escrita de um artigo.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

8.1 Matriz Curricular

1º semestre

Disciplina	Carga horária	Carga horária e Créditos	
	1º semestre	Horas	Créd.
<i>Geral 1</i> – Prática de Pesquisa em Educação	60	60	4
<i>Eletiva A1</i> - Práticas de ensino e interdisciplinaridade na docência das ciências humanas	60	60	4
<i>Eletiva A2</i> - Metodologia de ensino de Ciências Naturais e Matemática	60	60	4

2º semestre

Disciplina	Carga horária	Carga horária e Créditos	
	2º semestre	Horas	Créd.
<i>Geral 2</i> – Educação e Poder na prática escolar	60	60	4
<i>Eletiva B1</i> - Educação, humanismo e o ensino das ciências humanas na educação básica	60	60	4
<i>Eletiva B2</i> - Saúde e qualidade de vida em ambientes escolares	60	60	4



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

3º semestre

Disciplina	Carga horária	Carga horária e Créditos	
	3º semestre	Horas	Créd.
<i>Geral 3 – As teorias curriculares</i>	60	60	4
<i>Geral 4 - Seminário de Socialização</i>	60	60	4
<i>Geral 5 - Trabalho de Curso</i>	60	60	4

Carga horária do curso

Descrição	1º semestre	2º semestre	3º semestre	Carga horária total	Créd.
Carga horária	120	120	180	420	28

8.2 Ementário e Referência Básica

8.2.1 Disciplina Geral 1

Disciplina	Prática de Pesquisa em Educação
Ementa	As modalidades e metodologias de pesquisa. A linguagem científica e as normas da ABNT. A atividade científica na pós-graduação. Modalidades de trabalhos científicos, enfatizando a produção do artigo científico.
Objetivo	Compreender o processo de produção científica e



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

	elaboração da escrita acadêmica em suas diferentes instâncias.
Metodologia	Aulas expositivas e dialogadas. Escolha da temática da pesquisa ou da análise da prática pedagógica que resultará na produção do TC.
Avaliação	A avaliação será processual e ocorrerá ao longo dos debates em aula. Como parte integrante do processo avaliativo, será solicitado um trabalho escrito que encaminhe a ideia do pré-projeto de TC, contendo o “tema”, o “objetivo geral” e a “metodologia” que serão utilizados no trabalho final.
Referências Básicas	<p>BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. Investigação qualitativa em educação: uma introdução a teoria dos métodos. Tradução de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.</p> <p>LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. Pesquisa Metodológica: do projeto à implementação. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2013.</p>
Referências Complementares	<p>LAVILE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999.</p> <p>MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos da metodologia científica. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

	<p>PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.</p> <p>SEVERINO, A. J. Ensino e pesquisa na docência universitária: caminhos para a integração. São Paulo: USP, 2008.</p>
--	--

8.2.2 Disciplina Geral 2

Disciplina	Educação e Poder na prática escolar
Ementa	A concepção liberal de Estado. A concepção marxista de Estado. O conceito de hegemonia e contra-hegemonia. A burocracia. A educação escolar como campo de atuação do Estado.
Objetivo	Apresentar e discutir diferentes formas de conceituar as relações de poder e suas relações com a educação.
Metodologia	Exposições teóricas; Exercícios de grupos e debates entre os grupos; Leitura e discussão de textos; Exercícios de interpretação, aprofundamento e correlação de textos; Transparências/slides;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

	Projeção e análise de filmes.
Avaliação	Qualidade, extensão e intensidade das leituras; Desempenho nos exercícios individuais e/ou em grupos; Criatividade em trabalho analítico original.
Referências Básicas	LOSURDO, D. Contra História do Liberalismo . Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2006. MARX, K.; ENGELS, F. A Ideologia Alemã . São Paulo: Boitempo, 2007. MÉSZÁROS, I. O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico . São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
Referências Complementares	CARNOY, M. Educação, Economia e Estado: base e superestrutura, relações e mediações . 4 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990. COUTINHO, C. N. Gramsci . Rio de Janeiro: Campus, 1989. MACPHERSON, C. B. A Teoria Política do Individualismo Possessivo . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. SANTOS, T. Do Terror à Esperança: Auge e declínio do neoliberalismo . Aparecida: Idéias & Letras, 2004.

8.2.3 Disciplina Geral 3

Disciplina	As teorias curriculares
Ementa	Definições de currículo. As teorias tradicionais, críticas e



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

	pós-críticas de currículo.
Objetivo	Problematizar as teorias curriculares existentes a partir do século XX até a contemporaneidade.
Metodologia	As aulas serão expositivas e em forma de debate. Haverá a organização de seminários dialogados.
Avaliação	A avaliação será processual e considerará a participação nas aulas, por meio dos debates que serão proporcionados. A apresentação do seminário também contará como nota no quesito avaliativo.
Referências Básicas	LOPES, A. C.; MACEDO, E. Teorias de Currículo . São Paulo: Cortez, 2011. SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica : primeiras aproximações. 11 ed. revista. Campinas: Autores Associados, 2013. SILVA, T. T. Documentos de Identidade : uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
Referências Complementares	ARANHA, M. L. A. História da Educação . 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 2001. FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido . 35 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. GONÇALVES, L. A. (Org.). Currículo e Políticas Públicas . Belo Horizonte: Autêntica, 2003. SAVIANI, D. Escola e Democracia . 35 ed. Campinas: Autores Associados, 2002.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

--	--

8.2.4 Disciplina Geral 4

Disciplina	Seminário de Socialização
Ementa	Socialização sobre o tema de pesquisa, com exposição periódica dos resultados do encaminhamento da pesquisa, a ser debatido com os colegas.
Objetivo	Fornecer a supervisão do projeto de pesquisa para a produção do TC dos alunos por meio de estudos e debates do paradigma teórico-metodológico da linha de pesquisa ao que se associa.
Metodologia	Será desenvolvido através de aulas expositivo-dialogadas, exposição de projetos, estudo de textos sugeridos, discussões e supervisão na preparação do Projeto de Pesquisa. No momento inicial será o debate das experiências de pesquisa dos alunos. A partir do aprofundamento dos temas de pesquisa, reorganização dos projetos, as questões teórico-metodológicas serão abordadas com maior ênfase no momento final.
Avaliação	A avaliação realizar-se-á no decorrer do processo de ensino/aprendizagem, de maneira que os alunos possam



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

	<p>reexaminar, completar e ajustar os nortes de sua proposta de pesquisa. Os professores, encarregados pela disciplina, recomendarão ajustes e probabilidades de melhoramentos no projeto de pesquisa para a produção do TC e os alunos, por recomendação de seus orientadores, deliberarão os rumos a serem seguidos. O produto final do Seminário será o Projeto de Pesquisa para a produção do TC, a ser entregue em data antecipadamente acertada.</p>
Referências Básicas	<p>DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990.</p> <p>FAZENDA, I. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez Editora, 2001.</p> <p>FIGUEIREDO, N. M. A. Método e Metodologia na Pesquisa Científica. 3.ed. São Caetano do Sul -SP: Yendis, 2008.</p>
Referências Complementares	<p>FIGUEIREDO, N. M. A. Método e Metodologia na Pesquisa Científica. 3.ed. São Caetano do Sul -SP: Yendis, 2008.</p> <p>KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1983.</p> <p>RAMOS, A. Metodologia e Pesquisa Científica – Como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2009</p>



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

8.2.5 Disciplina Geral 5

Disciplina	Trabalho de Curso
Ementa	Produção de um artigo científico.
Objetivo	Elaborar um artigo científico, relacionado ao seu eixo de estudo, que permita uma análise sobre algum contexto educacional.
Metodologia	Encontros semanais de estudo e produção escrita do artigo.
Avaliação	A avaliação ocorrerá ao longo do processo de escrita, por parte do orientador, e ao final, com a apresentação pública, por parte dos membros da comissão avaliadora.
Referências Básicas	<p>BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. Investigação qualitativa em educação: uma introdução a teoria dos métodos. Tradução de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.</p> <p>LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. Pesquisa Metodológica: do projeto à implementação. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.</p>
Referências Complementares	<p>BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. 1ª reimpressão da 1ª edição de 2011. São Paulo: Edição 70, 2011.</p>



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

	<p>MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos da metodologia científica. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2013.</p> <p>ANDRÉ, M. E. Dalmazo Afonso de. Estudo de caso em Pesquisa e Avaliação Educacional. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.</p>
--	--

8.2.6 Disciplina Eletiva A1 – Ciências Humanas e Linguagens

Disciplina	Práticas de ensino e interdisciplinaridade na docência das ciências humanas
Ementa	Interdisciplinaridade: definição, conceitos e projetos. Práticas interdisciplinares na educação escolar.
Objetivo	Compreender o conceito de interdisciplinaridade e sua aplicabilidade no âmbito escolar. Apontar as potencialidades interdisciplinares do estudo do meio e da pesquisa.
Metodologia	Visita técnica e elaboração de relatório; aulas expositivas dialogadas; leituras e trabalho em grupo; Exibição de vídeos.
Avaliação	Relatório da visita técnica; Plano de aula interdisciplinar (elaborado em grupo preferencialmente por profissionais de diferentes áreas do



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

	conhecimento).
Referências Básicas	<p>FAZENDA, I. C. A. (Coord.). Práticas interdisciplinares na escola. 13 ed., rev., ampl. São Paulo: Cortez, 2015.</p> <p>PONTUSCHKA, N. N.; LUTFI, E. P.; SEABRA, M. F.; DOMITE, M. C. Ousadia no Diálogo: Interdisciplinaridade na Escola Pública. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2001.</p> <p>SILVA, J. F.; HOFFMANN, J.; ESTEBAN, M. T. (Orgs.). Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo. 10 ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.</p>
Referências Complementares	<p>FAZENDA, I. C. A. (Org.). Didática e interdisciplinaridade. 15 ed. Campinas: Papyrus, 2010.</p> <p>_____ (Org.). Interdisciplinaridade: pensar, pesquisar e intervir. São Paulo: Cortez, 2014.</p> <p>FREITAS JUNIOR, V.; SANCHEZ, S. B. Interdisciplinaridade na Prática: a disciplina de informática na formação do técnico em agropecuária frente aos arranjos produtivos locais. Jacinto Machado: Opção, 2011.</p> <p>MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez: UNESCO, 2011.</p>



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

Disciplina	Metodologia de ensino de Ciências Naturais e Matemática
Ementa	A história e filosofia das ciências e da matemática; As metodologias ativas de ensino; Recursos Didáticos e Midiáticos; Experimentos, inventos e brincadeiras; Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).
Objetivo	Refletir e discutir sobre o desenvolvimento, a implementação e o estudo de materiais, metodologias e abordagens que apoiem professores e estudantes no ensino-aprendizagem nas aulas de ciências naturais e de matemática.
Metodologia	Aulas expositivas e dialogadas; metodologia ativa; utilização de recursos de áudio e vídeo; e experimentos.
Avaliação	A avaliação terá base nos seminários e nos textos elaborados sobre o uso das metodologias alternativas. Também será considerada a participação durante as aulas e nas atividades desenvolvidas durante o curso. A avaliação será contínua, cumulativa e sistemática.
Referências Básicas	CUNHA, M. B. Jogos no Ensino de Química: Considerações Teóricas para sua Utilização em Sala de Aula. Química Nova na Escola , nº 2, p. 92-98, 2012. GIORDAN, M. O papel da experimentação no ensino de ciências. Química Nova na Escola , nº 10, p. 43-49, 1999. MAZUR, E. Peer instruction: a revolução da aprendizagem ativa . Porto Alegre: Penso, 2015.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

Referências Complementares	<p>AGUIAR, E. V. B. As novas tecnologias e o ensino-aprendizagem. Vétices, n. 1/3, 2008.</p> <p>FAVILA, M. A.; ADAIME, M. Uma análise da contextualização na perspectiva CTSA sob a ótica do professor de química. REMOA, n. 13, p. 2865-2873, 2013.</p> <p>PERUZZO, J. Experimentos de física básica. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2012.</p> <p>VALADARES, E. C. Física mais que divertida: inventos eletrizantes baseados em matérias reciclados e de baixo custo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.</p>

8.2.8 Disciplina Eletiva B1 – Ciências Humanas e Linguagens

Disciplina	Educação, humanismo e o ensino das ciências humanas na educação básica
Ementa	O conceito de educação. A educação e formação humanística do sujeito. O papel das ciências humanas na construção do educando. Práticas pedagógicas das ciências humanas.
Objetivo	Refletir sobre o papel da educação e a função social das disciplinas de ciências humanas na formação humanística dos estudantes da educação básica.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

Metodologia	Aulas expositivas e dialogadas. Seminários de debates e trocas de experiências pedagógicas.
Avaliação	A avaliação será processual e considerará a participação nas aulas, por meio dos debates que serão proporcionados. A apresentação do seminário também contará como nota no quesito avaliativo.
Referências Básicas	ANTUNES, I. Língua, texto e ensino: outra escola possível. São Paulo: Parábola, 2009. CAMBI, F. História da Pedagogia. São Paulo: UNESP, 1999. BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2007.
Referências Complementares	BITTENCOURT, C. M. F. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004. OLIVEIRA, P. S. Introdução à sociologia da educação. 2 ed. São Paulo: Ática, 1995. CARLOS, A. F. A. A Geografia em sala de aula. São Paulo: Contexto, 1999. GALLO, S. Metodologia do ensino de filosofia: uma didática para o ensino médio. Campinas: Papyrus, 2012.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

8.2.9 *Disciplina Eletiva B2 – Ciências da Natureza e Matemática*

Disciplina	Saúde e qualidade de vida em ambientes escolares
Ementa	Introdução à saúde, estilo de vida e sua influência na qualidade de vida; Concepções de saúde: conceito, contextualização e determinantes; O papel do educador na promoção da saúde e prevenção de doenças; A voz do educador, saúde e higiene vocal; Distúrbios da voz; Estudo do comportamento como ferramenta para compreensão do aluno e professor.
Objetivo	Introduzir a importância de desenvolver a saúde e a qualidade de vida dos alunos e professores dentro dos ambientes escolares.
Metodologia	A disciplina será ministrada através de aulas expositivas dialogadas; áudio e vídeo; discussão de artigos científicos; apresentação de seminários feitos pelos alunos.
Avaliação	A avaliação será feita de forma continuada com critérios como participação em aula, grupo de discussões, apresentação dos seminários.
Referências Básicas	BOONE, D. Sua voz está traindo você? Como encontrar sua voz natural. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. CARLSON, N. R. Fisiologia do comportamento . São Paulo: Manó, 2002. NAHAS, M. V. Atividade física, saúde e qualidade de



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

	<p>vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. 6. ed., rev. e atual. Londrina: Midiograf, 2013.</p>
<p>Referências Complementares</p>	<p>BEHLAU, M.; PONTES, P. Avaliação e tratamento das disfonias. São Paulo: Lovise, 1995.</p> <p>GONÇALVES, A. Conhecendo e discutindo saúde coletiva e atividade física. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.</p> <p>MCARDLE, W. D.; KATCH, F. I.; KATCH, V. L. Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.</p> <p><i>OLIVEIRA, M. A. Neurofisiologia do comportamento. Canoas: Ulbra, 1999.</i></p>

9 METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia do curso transcorrerá em encontros com períodos de quatro horas semanais, para cada disciplina.

A proposta é de que as aulas ocorram, por vezes, de modo expositivo e em outros momentos, de modo dialogado. Como recursos didáticos, os docentes poderão utilizar projetor multimídia, vídeos, músicas, entre outros. Cabe salientar que os professores têm autonomia na condução das suas aulas.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

9.1 Aproveitamento de Estudos

Será permitido o aproveitamento de estudos de disciplinas cursadas em Curso de Pós-Graduação nesta ou em outras IES, desde que não ultrapasse 30% do total de horas do Curso.

A equivalência será feita por comissão de professores ministrantes do Curso, designada pelo Coordenador do Curso.

10 SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

10.1 Processo de Avaliação

Cada professor terá autonomia na utilização dos instrumentos avaliativos.

De todo, define-se como critério de avaliação a nota, organizada do seguinte modo:

- De 7,0 a 10,0: Aprovado;
- De 0,0 a 6,9: Reprovado.

Os professores terão até 30 dias, após o término da disciplina, para divulgar as notas dos alunos.

O aluno terá até sete dias para solicitar revisão da nota das avaliações e da nota final. Caso o pedido seja deferido, o coordenador do curso encaminhará o mesmo ao professor responsável da disciplina, a fim de que o docente se manifeste sobre o problema em questão.

Não havendo alteração da nota, e em se mantendo o posicionamento do aluno, o coordenador do curso providenciará a formação de uma banca, constituída por até dois docentes, a fim de dar o parecer final.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

É obrigatória a frequência de no mínimo 75%, em cada disciplina, para que haja a aprovação do aluno.

Haverá desligamento do curso caso o aluno: 1. exceder o prazo de conclusão do curso estabelecido; 2. se for comprovado que o trabalho final do Curso apresentado não é de sua autoria.

É de competência do colegiado realizar os desligamentos, bem como decidir sobre situações que não estão previstas neste documento.

10.2 Trabalho de Curso – TC

O TC será realizado em formato de artigo científico, sob a orientação de um professor orientador, tendo como limite mínimo 10 e máximo 25 páginas.

Por entendermos que a importância da pesquisa no desenvolvimento profissional e acadêmico, sua integração

com o ensino é concretizada por meio de estratégias pedagógicas contempladas nos currículos dos cursos, possibilitando aos discentes o envolvimento com métodos e técnicas de pesquisas e a compreensão das estruturas conceituais nas diferentes áreas do saber e de acordo com os diferentes níveis de formação (IFC, 2014, p. 52).

Neste sentido, o TC será, prioritariamente, resultado de uma investigação científica. Caso o aluno deseje, O TC poderá ser fruto da análise de uma experiência pedagógica, desde que relacionada com as contribuições formativas obtidas diretamente com este curso de especialização, considerando as disciplinas cursadas e as bibliografias usadas. Oferecemos esta possibilidade, na produção do artigo, por compreender que a escrita do artigo científico

tem por finalidade registrar e divulgar, para o público especializado, resultados de novos estudos e pesquisas sobre aspectos ainda não devidamente



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

explorados ou expressando novos esclarecimentos sobre questões em discussão no meio científico (SEVERINO, 2013, p. 208).

O trabalho será avaliado por meio de nota, onde de “0,0 a 6,9” significa reprovado e “7,0 a 10,0” significa aprovado. Caso o aluno reprove, terá o direito a uma segunda avaliação sobre o seu artigo, no prazo máximo de três meses da primeira defesa.

A temática do artigo deverá corresponder ao campo próprio de sua especialização, no caso, estar relacionado à Educação. Na construção do TC, os alunos deverão observar as normas de formatação acadêmicas do IFC (MARTIGNAGO; FAQUETI, 2014), com base na ABNT, e a norma culta da língua portuguesa. Cabe salientar que quando o artigo estiver

relacionado aos resultados de uma pesquisa, deve destacar os objetivos, a fundamentação e a metodologia da mesma, seguindo-se a análise dos dados envolvidos e as conclusões a que se chegou, completando-se com o registro das referências bibliográficas e documentais (SEVERINO, 2013, p. 208).

O professor orientador deverá pertencer, preferencialmente, ao quadro de docentes do Curso. Os demais professores do IFC que desejarem orientar o TC deverão ter a aprovação dos seus nomes submetida à avaliação do colegiado.

O limite máximo é de até quatro orientações por professor.

A comissão examinadora que avaliará o TC será composta por, no mínimo, três docentes, portadores do título de Especialista ou superior. Pelo menos dois dos membros da comissão deverá ser do corpo docente do Curso (considerando que um dos membros será o orientador). Será permitido o convite de até um docente externo ao curso ou de outra instituição. A comissão examinadora será presidida pelo orientador do respectivo TC.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

Em até 15 dias antes da defesa do TC, o aluno deverá encaminhar três cópias impressas (poderá ser frente e verso) do artigo para o Colegiado do Curso, juntamente com o formulário para apresentação do trabalho, no prazo estipulado pelo colegiado. Caso o aluno não cumpra o prazo de 15 dias, o mesmo será considerado reprovado, devendo reapresentar o seu TC no prazo máximo de três meses.

Após concluída a defesa, haverá dois caminhos possíveis:

1 – Em caso de reprovação: o aluno terá três meses para reescrever o seu TC e reapresentar novamente a comissão avaliadora. Caso reprove em uma segunda apresentação, o aluno será desligado do curso e poderá solicitar o certificado de aperfeiçoamento.

2 – Em caso de aprovação: o aluno deverá fazer as correções, quando necessário, e encaminhará dois exemplares do trabalho para a Coordenação do Curso, sendo uma cópia física e uma cópia digital (em formato “pdf”).

É vedado a Coordenação do Curso emitir qualquer documento comprobatório de aprovação, antes da homologação da ata de apresentação do TC.

A data da apresentação pública do TC será fixada pelo Coordenador do Curso, ouvido o orientador, no período de 15 dias, contados a partir da recepção, pela coordenação, dos exemplares.

10.3 Controle de Frequência

A frequência mínima exigida é de 75% nas atividades.

Obs.: Casos especiais, de alunos que não atingirem o percentual mínimo de frequência, devidamente justificada, serão avaliados pela coordenação do curso.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

11 CERTIFICAÇÃO E DIPLOMA

O certificado será emitido pelo Instituto Federal Catarinense através do Registro Acadêmico da Reitoria, mediante a frequência mínima de 75%, a aprovação em cada uma das disciplinas (incluindo todas as gerais e duas eletivas), a aprovação na apresentação do TC e entrega da cópia final do TC (versão física e digital).

12 ESTRUTURA PROFISSIONAL DO CURSO

Nome do Profissional	Função no curso e vinculação com a Instituição	Disciplina de atuação	Titulação
Jorge da Cunha Dutra	Coordenador do curso; Professor Efetivo - 40h/DE	- Prática de Pesquisa em Educação - Teorias do Currículo - Educação, humanismo e o ensino das ciências humanas na educação básica - Orientação do TC	Doutor em Educação
Ailton da Silva Ferreira	Professor Efetivo - 40h/DE	- Metodologia de ensino de Ciências	Doutor em Ciência e Engenharia de Materiais



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

		Naturais e Matemática; - Orientação do TC	
André Franzoni Alexandre	Professor Efetivo - 20h	- Saúde e qualidade de vida em ambientes escolares - Orientação do TC	Especialista em Regência de Coral
André Ribeiro da Silva	Professor Efetivo - 40h/DE	- Metodologia de ensino de Ciências Naturais e Matemática - Orientação do TC	Especialista em Metodologia de Ensino de Matemática
Dalila Teles Leão Martins	Professora Efetiva - 40h/DE	- Saúde e qualidade de vida em ambientes escolares - Orientação do TC	Doutora em Psicobiologia – comportamento animal
Diana Liz Reis de Bittencourt	Coordenadora Adjunta do curso; Professora Efetiva - 40h/DE	- Prática de Pesquisa em Educação - Educação, humanismo e o	Doutora em Linguística



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

		ensino das ciências humanas na educação básica - Orientação do TC	
Jaisson Bordignon	Professor Efetivo - 40h/DE	- Saúde e qualidade de vida em ambientes escolares - Orientação do TC	Mestre em Biologia Celular e Molecular
Janaína de Moraes Kaecke	Professora Efetiva - 40h/DE	- Práticas de ensino e interdisciplinaridade na docência das ciências humanas - Orientação do TC	Mestra em Geografia Humana
Marcelo Squinca da Silva	Professor Efetivo - 40h/DE	- Educação e Poder na prática escolar; - Seminário de Socialização - Orientação do TC	Doutor em História Social



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

Marluse Castro Maciel	Professora Efetiva – 40h/DE	- Práticas de ensino e interdisciplinaridade na docência das ciências humanas - Orientação de TC	Doutora em Sociologia
Nathalia Abe Santos	Professora Efetiva - 40h/DE	- Metodologia de ensino de Ciências Naturais e Matemática - Seminário de Socialização - Orientação do TC	Doutora em Ciências – físico química
Ricardo Scopel Velho	Professor Efetivo – 40h/DE	- Orientação do TC	Doutor em Educação

12.1 Descrição das Funções e Competências

12.1.1 Coordenador do Curso

Compete ao Coordenador do Curso:

- Cumprir e fazer cumprir as decisões e normas de instâncias superiores;
- Delegar atribuições ao coordenador adjunto;
- Indicar professores para o cumprimento das atividades;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

- Coordenar a seleção dos candidatos;
- Avaliar e emitir parecer sobre os processos de aproveitamento de estudos;
- Realizar o acompanhamento e avaliação dos cursos;
- Orientar quanto à matrícula e integralização do curso;
- Analisar e emitir parecer sobre alterações curriculares, encaminhando aos órgãos competentes;
- Verificar o cumprimento da matriz curricular do curso e demais exigências para a concessão de grau de especialista;
- Supervisionar o cumprimento da integralização curricular, a execução dos conteúdos programáticos e horários de curso;
- Analisar e emitir parecer conclusivo dos requerimentos recebidos dos discentes, ouvidas as partes interessadas;
- Acompanhar a organização disciplinar, no âmbito do Curso;
- Convocar e presidir reuniões do corpo docente do Curso;
- Analisar e aprovar os planos de ensino das disciplinas dos cursos;
- Tomar, nos casos urgentes, decisões *ad referendum*, encaminhando-as em seguida para deliberar no Colegiado do Curso.

O Coordenador será substituído nos seus impedimentos pela Coordenadora Adjunta.

12.1.2 Colegiado do Curso

São atribuições do Colegiado do Curso:

- Aprovar, com base na legislação pertinente, as indicações de professores feitas pelo Coordenador do Curso para, isoladamente ou em comissão, cumprir com



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

atividades que dizem respeito a seleção dos candidatos, aproveitamento de estudos, orientação e/ou avaliação do trabalho final;

- Decidir o aproveitamento de disciplinas já realizadas pelos alunos em outros cursos de pós-graduação desta ou de outra IES;
- Decidir sobre desligamento de alunos do curso;
- Acompanhar a aplicação dos recursos atribuídos ao curso.

12.2 Estrutura de Docência

Para compor a equipe de docentes no Curso de Especialização em Educação serão necessários professores com um envolvimento pedagógico permanente e estruturado de forma a atender os diferentes contextos e especificidades da área da educação.

12.3 Apoio Técnico Educacional

O curso, a princípio, funcionará sem a presença de um apoio técnico em assuntos educacionais, mas enfatiza-se a necessidade da aquisição de um profissional desta área, a fim de que o mesmo possa trabalhar no âmbito de orientação tanto discente quanto docente no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem.

13 ESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

A infraestrutura necessária para a oferta do curso constitui-se de sala para as atividades administrativas, sala de aula e biblioteca.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

Atividades Administrativas: o Polo Abelardo Luz disponibiliza espaço de secretaria e espaço coletivo;

Atividades Pedagógicas em sala de aula: duas salas (disponibilizadas pelo polo);

Biblioteca: disponibilizar-se-á o acervo bibliográfico da biblioteca da sede do IF Catarinense de Abelardo Luz (na sede), sendo que será necessário a aquisição de novos livros de acordo com a demanda das disciplinas. Os exemplares necessários serão enviados ao polo via malote sempre que necessário.

14 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Descrição da necessidade	Quantidade	Recursos	Responsável	Valores estimados
Viagens e Professores	---	Intercâmbio e solicitação de palestras	Campus Abelardo Luz	---
Materiais de expediente	---	---	Campus Abelardo Luz	R\$ 5.000,00
Fotocópias de material pedagógico	Demanda por disciplina	---	Polo de Abelardo Luz.	R\$ 2.000,00
Livros	Demanda por disciplina	---	Reitoria / Campus Abelardo Luz	R\$ 20.000,00



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

15 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008:** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 29 dez. 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 12 nov. 2016.

_____. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia:** Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&Itemid=30192>. Acesso em: 12 nov. 2016.

_____. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016:** Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Brasília, 9 maio 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm>. Acesso em: 07 nov. 2016.

GALLO, S. **Metodologia do ensino de filosofia:** uma didática para o ensino médio. Campinas: Papyrus, 2012.

IFC. **Projeto Político-Pedagógico Institucional – PPI.** Blumenau: IFC, 2009.

_____. **Planejamento Estratégico do Instituto Federal Catarinense:** 2013-2017. Blumenau: IFC, 2013.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.** Blumenau: IFC, 2014.

LIPOVETSKY, G. **Os tempos hipermodernos.** Tradução de Mário Vilela. 4 reimpressão. São Paulo: Barcarolla, 2011.

MARTIGNAGO, D.; FAQUETI, M. F. **Guia Básico para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos no Instituto Federal Catarinense.** Blumenau: IFC, 2014.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2013.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

(Incluído após solicitação requerida pela PROPI no processo de número
23348.001265/2017-56)

16 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Com base na base a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012⁸, a qual dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, o presente PPC prevê o percentual de ingresso para sujeitos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, de acordo com a respectiva legislação.

No âmbito da política de inclusão, buscamos também atender a Meta 8, da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que prevê a elevação

[...] da escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e **igualar a escolaridade média entre negros e não negros** declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2014, Meta 8)⁹. (grifo nosso)

Além disso, quando for necessário buscaremos orientações e auxílios do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, situado na reitoria do IFC, visando melhor atender às demandas que surgirem ao longo do desenvolvimento do curso.

⁸ BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012:** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 29 ago. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 08 mar. 2017.

⁹ BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014:** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 25 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 08 mar. 2017.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

Isso posto, a pretensão é de que através do atendimento das políticas de educação inclusiva, seja possível assegurar o acesso ao conhecimento a um maior número de pessoas, contribuindo assim na promoção de meios melhores para o desenvolvimento da cidadania de todos, haja vista que se leva em conta a heterogeneidade da população brasileira no desenvolvimento da Educação.